

**RtPaut no AgInt no RE nos EDcl nos EDcl no AgRg no AGRADO EM
RECURSO ESPECIAL Nº 49.820 - SP (2011/0132838-0)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
REQUERENTE : ALCIDES VALENCIANO
REQUERENTE : ALCIDES VALENCIANO JUNIOR
REQUERENTE : AUTO POSTO GUAIMBE LTDA
REQUERENTE : MARCIO BELMIRO ROCHA
ADVOGADO : ADEMIR SOUZA E SILVA - SP077291
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Trata-se de petição ajuizada em 20.3.2020 por ALCIDES VALENCIANO, ALCIDES VALENCIANO JÚNIOR, AUTO POSTO GUAIMBE LTDA. e MÁRCIO BELMIRO ROCHA, às fls. 5.453/5.455, na qual a parte agravante apresenta a sua contrariedade ao julgamento virtual do agravo interno de fls. 5.404/5.493, cujo início ocorrerá no dia 1º.4.2020 e encontra-se previsto o término para 7.4.2020 (fl. 5.457).

Alega, em suma, que pretende realizar sustentação oral em sessão de julgamento presencial, motivo pelo qual se manifesta contrário ao julgamento virtual do feito.

É o relatório.

A sessão virtual de julgamento encontra-se devidamente regulamentada no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nos termos dos artigos 184-A a 184-H, incluídos pela Emenda Regimental n. 27 de 2016, e a oposição das partes ao julgamento virtual tem expressa previsão no art. 184-D, inciso II, do Regimento Interno desta Corte Superior. Eis o disposto nos arts. 184-A e 184-D do citado regramento, *verbis*:

Art. 184-A. Ficam criados Órgãos Julgadores virtuais, correspondentes à Corte Especial, às Seções e às Turmas do Superior Tribunal de Justiça, com finalidade de julgamento eletrônico de recursos, excetuados os de natureza criminal.

Parágrafo único. Os seguintes recursos podem ser submetidos ao julgamento virtual:

I- Embargos de Declaração;

II- **Agravo Interno**;

III- Agravo Regimental.

(...)

Art. 184-D. O relator no julgamento virtual incluirá os dados do processo na plataforma eletrônica do STJ com a indicação do Órgão Julgador, acompanhados do relatório e do voto do processo.

Parágrafo único. A pauta será publicada no Diário da Justiça eletrônico cinco dias úteis antes do início da sessão de julgamento virtual, prazo no qual:

I - é facultado aos integrantes do Órgão Julgador expressar a não concordância com o julgamento virtual;

Superior Tribunal de Justiça

II - as partes, por meio de advogado devidamente constituído, bem como o Ministério Público e os defensores públicos poderão apresentar memoriais e, de forma fundamentada, manifestar oposição ao julgamento virtual ou solicitar sustentação oral, observado o disposto no art. 159.

Ao que se tem, os argumentos lançados neste petítório não motivam adequadamente a retirada de pauta.

E, como cediço, o julgamento virtual não importa em violação qualquer aos princípios do contraditório ou da ampla defesa, até porque o agravo interno não admite sustentação oral - *vide* artigo 159, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse contexto, não há razão que justifique a remoção do feito da pauta virtual, porquanto terá a parte toda a oportunidade de apresentar os memoriais que julgar necessários e, ainda, marcar audiências com os Ministros.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de retirada de pauta da sessão virtual de julgamento.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura

Vice-Presidente